

Recorte
judicados
mias IBGE

A102054

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Cidades

Vitória (ES), quarta-feira
27 de outubro de 2004
Editora: **Sandra Aguiar**
saguiar@redgazeta.com.br
Tel.: 3321-8446

EM 2000, APIACÁ LIDERAVA O RANKING DOS MUNICÍPIOS QUE MAIS INVESTIRAM EM SAÚDE E SANEAMENTO POR HABITANTE

Municípios capixabas investem mais em Saúde e Saneamento

Os números são da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, divulgada ontem pelo IBGE

Os municípios do Espírito Santo estão investindo mais em saúde, saneamento, educação e cultura. O percentual de investimento das prefeituras capixabas em saúde e saneamento, em 2000, foi 39,55% superior ao de 1998. Na Região Sudeste, esse percentual cresceu 13,91%, e no país, 16,50%.

Já nas áreas de educação e cultura, as prefeituras investiram 16,22% a mais, em relação ao mesmo período. No

Sudeste, o crescimento foi de 9,49%, e no país, 13%.

Em 2000, Apicá, no extremo Sul do Estado, liderava o ranking dos municípios que mais investiram em saúde e saneamento por habitante no Espírito Santo.

Segundo a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2000), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Apicá aplicou R\$ 211,56 per capita, em uma população de 6.704 pessoas.

Já no extremo Norte do Estado, em Pedro Canário, o IBGE registrou o menor investimento em saúde e saneamento por habitante, R\$ 12,34, em uma população de 23.582 pessoas.

Na Grande Vitória, o município de Fundão liderou com o maior investimento por habi-

tante, R\$ 175,21, na área de saúde e saneamento. A população era de 12.642 pessoas. Vila Velha registrou o menor investimento, R\$ 20,32, em uma população de 325.482 pessoas.

Educação e cultura. O ranking dos investimentos em educação e cultura, no Estado e na Grande Vitória, ficou com a Capital, com R\$ 387,94 aplicados per capita, em uma população de 272.126 pessoas, em 2000.

Cariacica, também na Grande Vitória, registrou o pior desempenho no Estado e na Grande Vitória, investindo R\$ 59,21 por habitante, em uma população de 324.660 pessoas, em 2000.

O IBGE analisou dados fornecidos pelas prefeituras sobre receitas e despesas dos 5.507 municípios brasileiros

de 1998 a 2000.

Em 2000, 77 municípios capixabas (hoje são 78) aplicaram R\$ 53.456,00 a mais em saúde e saneamento, passando de R\$ R\$ 135.005,00, em 1998, para R\$ 188.461,00. Os investimentos no Sudeste passaram de R\$ 6.221.992,00, em 1998, para R\$ 7.087.545,00, em 2000.

Em educação e cultura, as prefeituras do Espírito Santo investiram R\$ 61.483,00 a mais em 2000. Os valores aplicados nessa área passaram de R\$ 378.996,00, em 1998, para 440.479,00. No Sudeste, esses investimentos passaram de R\$ 8.917.148,00, em 1998, para R\$ 9.763.711, em 2000.

Participaram da reportagem Adriana Bravin, Karlla Hoffmann, Marcus Monteiro, Michelly Lauer, Vinícius Baptista e Zenilton Custódio



POPULAÇÃO. Dorvalino mora ao lado do Canal Bigossi, em Vila Velha, e quer mais investimentos no município. FOTO: CARLOS ALBERTO DA SILVA

DESPESA PER CAPITA

MUNICÍPIO	População 2000	Educação e Cultura (R\$)	Saúde e Saneamento (R\$)
Afonso Cláudio	30973	123.85	80.85
Água Doce do Norte	9557	236.19	78.64
Águia Branca	13073	148.26	77.41
Alegre	32550	107.78	61.04
Alfredo Chaves	13422	112.51	70.19
Alto Rio Novo	6992	171.09	62.64
Anchieta	19078	383.66	174.49
Apiacá	6704	275.93	211.56
Aracruz	65832	272.07	125.41
Atilio Vivacqua	7423	213.49	115.89
Baixo Guandu	26346	273.10	77.33
Barra de São Francisco	37461	117.66	54.09
Boa Esperança	14334	143.02	48.63
Bom Jesus do Norte	9086	165.54	167.44
Brejetuba	10167	143.58	136.06
Cachoeiro de Itapemirim	156495	138.70	64.88
Cariacica	324660	59.21	25.94
Castelo	29263	168.58	84.86
Colatina	108240	168.04	43.76
Conceição da Barra	28191	164.77	68.56
Conceição do Castelo	9901	161.65	104.13
Divino de São Lourenço	4629	144.98	60.11
Domingos Martins	26178	160.43	105.04
Dores do Rio Preto	5963	212.07	68.08
Ecoporanga	21160	181.83	134.45
Fundão	12642	230.38	175.21
Guacuí	26227	119.43	26.31
Guarapari	81487	192.55	29.71
Ibatiba	17389	167.22	75.74
Ibiraçu	9942	177.32	107.26
Ibitirama	8222	100.92	32.22
Iconha	12391	156.76	56.16
Irupi	10608	179.41	93.59
Itaguaçu	14864	146.17	46.88
Itapemirim	27827	160.02	66.33
Itarana	11147	117.03	55.49
Lúna	25791	110.11	36.07

Retrato da Cultura

As duas extremidades do ranking de investimentos em educação e cultura estão na Grande Vitória. A Capital é a cidade que mais fez investimentos, enquanto Cariacica teve o pior desempenho.

Em Vitória, o total de investimentos na área de educação e cultura, em 2002, foi de R\$ 105.567.60, o que representou 32,16% do total das despesas gerais da prefeitura naquele ano - R\$ 328.296.349,99.

O secretário de Educação, Eliseu Santos, não foi localizado pela reportagem.

Já em Cariacica, segundo o secretário de Comunicação, Giovani César, a prefeitura de Cariacica aplicou R\$ 15 milhões em educação. Isto representa R\$ 46,20 de investimento per capita no setor, contra os R\$ 25,94 em 2000.

Das 72 escolas, 70 escolas foram reformadas ou ampliadas, sendo 34 escolas somente em 2004. "Construímos 13 novas escolas e 14 unidades de saúde. Além disso a administração municipal investiu na capacitação dos profes-

sores", afirmou o secretário de Comunicação. Oito mil novas vagas foram criadas nas escolas municipais de Cariacica, de acordo com Giovani César.

Outras áreas. Na saúde, Vitória aumentou em 2004 os investimentos em relação a 2000. Enquanto neste ano o percentual foi de 15%, em 2000 foi de 12,34%, representando R\$ 40.519.486,09. Esse valor foi ainda dividido com a área de saneamento.

O secretário de Saúde, Emílio Mameri, informou que a prioridade é aplicar os recursos em ações de saúde preventiva. O diretor da área de saneamento, Arnaldo Castor, citou que foram aplicados, nos últimos cinco anos, cerca de R\$ 10 milhões em programas do Projeto Terra.

Em Cariacica, Giovani César destaca como principais ações na área da saúde a criação da Central de Ambulâncias e reforma dos postos de pronto-atendimento em Itacibá, Castelo Branco e Bela Vista.

Raio-x da Saúde

Dois municípios da Grande Vitória também apresentam os dois lados da moeda quando o assunto é o investimento em saúde e saneamento, segunda a pesquisa do IBGE.

Em 2000, Fundão foi município da Região Metropolitana que mais investiu em saúde e saneamento básico, disponibilizando R\$ 2.214.972,59, o que representou R\$ 175,21 da renda per capita. Vila Velha registrou o menor investimento da Grande Vitória, R\$ 20,32, per capita.

No mesmo período, os gastos da administração de Fundão com educação e Cultura foram de R\$ 2.912.427,14, o que representou 33,88% do orçamento. Mas nos anos seguintes o município não manteve o mesmo pique. De acordo com o prefeito Gilmar de Souza Borges, entre 2001 e 2004, os gastos médios anuais com saúde e saneamento foram de 17,5%, contra os 25,77% registrados em 2000.

Em Vila Velha, o secretário de finanças, José Carlos Alves Freitas, lembra que em

2000 os investimentos em saúde eram de 8,9% da receita de impostos. "Este ano, já estamos com 16,8%", comemora o secretário.

Os R\$ 24 milhões investidos na área de saúde até agora em 2004 representam R\$ 65,64 per capita, quando em 2000 o investimento per capita da prefeitura de Vila Velha foi de R\$ 20,32.

Estes investimentos em saúde resultaram na duplicação da oferta de atendimentos básicos. Em 2000 foram 706.425 atendimentos (2,04 procedimentos por habitante) e em 2003 foram 1.500.233 atendimentos (igual a 4,05 procedimentos por habitante).

Apesar do anúncio de melhorias, a população ainda têm queixas. É o caso do aposentado Dorvalino Pereira, 54 anos, que quer mais investimentos em saúde e saneamento em Vila Velha. Ele disse que as únicas melhorias que percebeu em frente à sua casa, às margens do Canal Bigossi, são a instalação da rede elétrica e o asfaltamento da pista.

Lúna	25791	110.11	36.07
Jaguaré	18145	183.87	106.20
Jerônimo Monteiro	10091	145.15	45.07
João Neiva	14975	189.06	122.60
Laranja da Terra	10094	145.40	75.35
Linhares	107254	150.20	134.22
Mantenópolis	11622	183.94	92.35
Marataízes	28812	104.75	39.88
Marechal Floriano	12157	190.65	63.16
Marilândia	9701	187.99	109.37
Mimoso do Sul	25605	151.41	86.49
Montanha	17399	144.22	42.09
Mucurici	6745	262.03	69.35
Muniz Freire	19032	141.32	78.39
Muqui	12586	151.42	91.57
Nova Venécia	43336	172.22	133.45
Pancas	19366	145.69	56.25
Pedro Canário	23582	89.98	12.34
Pinheiros	20406	84.05	77.74
Piúma	13632	131.95	81.45
Ponto Belo	7390	133.85	81.32
Presidente Kennedy	9827	193.61	91.43
Rio Bananal	16448	231.50	160.43
Rio Novo do Sul	11229	147.91	42.48
Santa Leopoldina	12364	232.23	70.14
Santa Maria de Jetibá	28267	182.66	82.69
Santa Teresa	19544	187.35	105.19
São Domingos do Norte	7574	183.15	85.62
São Gabriel da Palha	25281	124.68	57.07
São José do Calçado	10697	209.14	116.32
São Mateus	90766	149.51	44.06
São Roque do Canaã	9367	192.35	125.48
Serra	312846	145.20	63.63
Sooretama	15435	177.51	55.97
Vargem Alta	13992	242.15	140.15
Venda Nova do Imigrante	15556	208.00	84.32
Viana	52491	143.30	64.30
Vila Pavão	9133	137.34	68.01
Vila Valério	14159	142.40	48.12
Vila Velha	325482	111.28	20.32
Vitória	272126	387.94	148.90

Fonte: IBGE

Vila Velha tem a maior autonomia

Alguns municípios do Estado não conseguiriam se manter sem o repasse das verbas federais e estaduais. Para cidades como Mucurici, Ibatiba, Pancas, Divino de São Lourenço e Montanha, esses recursos correspondem a mais de 95% dos valores utilizados para manter a máquina pública funcionando, segundo a pesquisa do IBGE, que analisou os repasses entre 1998 e 2000.

No Estado, entre os 77 municípios (Governador Lindenberg ainda era considerado um distrito), em 52 as transferências dos Governos federal e estadual representavam 80% ou mais de suas receitas.

Em Mucurici, Norte do Estado, 97,9% dos recursos são provenientes do Estado e da União. O secretário municipal de Finanças, Silmar Alves da Silva, disse que a cidade não conseguiria se manter com os recursos arrecadados pelo administração municipal. Segundo Silva, a cidade é muito pequena e não possui empresas, que poderiam melhorar a arrecadação de tributos. “Os únicos tributos gerados são IPTU

e ISS”, destaca.

No outro extremo da lista, aparecem cidades como Guarapari e Vila Velha, que recebem bem menos repasses federais e estaduais. De acordo com os números da pesquisa, 36,1% da receita disponível na prefeitura de Guarapari vem de fora, o que coloca o balneário como a cidade capixaba que recebe o menor repasse externo. Segundo o secretário Municipal da Fazenda, José Luiz dos Santos, a realidade atual não é essa. Ele explica que nos anos entre 1998 e 2000, o município tinha muitas dívidas, o que fez com que alguns repasses fossem bloqueados.

Em 2001, o município tinha uma arrecadação de R\$ 43 milhões, mas atualmente chega R\$ 88 milhões, muito disso se deve ao pagamento de dívidas. “Nenhum município pode se dar ao luxo de não depender desses repasses. Em algumas áreas como saúde, educação e assistência social esse dinheiro é essencial”, disse Santos.

Na Grande Vitória, Vila Velha, com 52,7%, é a cidade que tem a maior autonomia. Segui-

da de Vitória, com 62,9%, Cariacica, com 74,4%, Viana, com 76,6%, e Serra, com 78%. O secretário municipal de Finanças de Vila Velha, José Carlos Alves Freitas, disse que gostaria

que a cidade recebesse mais recursos. Segundo ele, o município é o segundo maior mercado consumidor do Estado, o que o coloca como um dos maiores geradores de ICMS.

ANÁLISE
Alberto Borges

Dependência

A forte dependência dos orçamentos municipais de recursos transferidos pela União e pelos estados faz parte da forma de organização do sistema tributário. No Brasil, cada um dos níveis de governo é responsável por explorar bases de tributação, sendo que os impostos de maior poder de arrecadação são da União e dos estados. No entanto, os municípios são responsáveis por uma ampla gama de serviços nas áreas de saúde, educação, assistência social, infra-estrutura urbana, etc. e a base de tributação que lhes é reservada não é suficiente para financiá-los. A fim de reforçar os orçamentos municipais e desconcentrar a arrecadação entre os três níveis de governo, o Brasil conta com um sistema de transferências de recursos estabelecidos na Constituição Federal. É dessa organização estrutural do nosso sistema tributário que surge o elevado peso dos recursos dos demais níveis de governo nos orçamentos municipais.

Alberto Borges Consultor e especialista em finanças públicas